

4 estudantes timorenses em Jacarta à espera do repatriamento para Portugal

No dia 3 de Setembro de 1986 foi preso na Universidade Católica "Unika Atma Jaya", em Jacarta, o estudante finalista de Direito, ANTONINO GONÇALVES, de 34 anos de idade, natural de Atsabe, Timor-Leste.

No dia 16 de Setembro de 1986 foi preso em sua casa, em Jacarta, por volta da meia-noite, JOÃO FREITAS DA CÂMARA, estudante universitário, de 29 anos de idade, natural de Zumalai-Suai, Timor-Leste.

No dia 17 de Setembro foi preso em sua casa, cerca das 5 horas da manhã, FRANCISCO FERNANDES DE SOUSA, estudante universitário, 30 anos de idade, natural de Viqueque, Timor-Leste.

Nos três casos, os detidos foram levados para a cadeia num carro fechado e de olhos vendados. Foram submetidos a trabalhos forçados (escavações, acarretamento de pedra e areia) e foram obrigados a assinar um documento ("Berita Acara", que quer dizer "Relatório de Investigação") em que negavam ter sido maltratados durante o processo de investigação e interrogatórios.

No dia 11 de Outubro os três estudantes foram inesperadamente libertados, sob ameaças, no caso de relatarem como tinha decorrido o período de detenção.

Desde então sucederam-se as intimidações e a permanente vigilância por parte da polícia política indonésia.

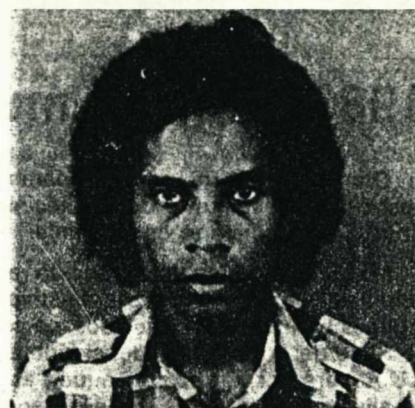
No dia 17 de Outubro os três estudantes e ainda outros dois, ABÍLIO OLIVEIRA SERENO, 29 anos de idade, natural de Ainaro, Timor-Leste e FERNANDO DA SILVA, 27 anos, natural de Dili, foram abordados por um elemento da polícia política que lhes ofereceu passagens gratuitas para regressarem a Dili no dia 22 do mesmo mês, a fim de aí passarem um curto período de férias. Isto em altura de pleno funcionamento das aulas na Universidade.

"Informação Timor-Leste" retoma a sua publicação após quase oito meses de interrupção.

Reaparecemos com um novo formato e aspecto gráfico, com uma equipa de redacção reforçada com novos elementos, mas com o mesmo objectivo: "contribuir para o esclarecimento e fortalecimento de uma opinião pública exigente de verdade e rigor." ("Inf. TL" n.º 1, Jan. 85)

SUMÁRIO DESTE NÚMERO:

- Estudantes Timorenses Aguardam Repatriamento
- 1986: ano de Mudança
- Ofensiva Contra "Águla"
- Manifesto: homens e mulheres da cultura solidários com Timor-Leste
- Assim se preparam as eleições Indonésias...



Antonino Gonçalves

No dia 20 de Outubro, 4 dos 5 estudantes visados, ANTONINO GONÇALVES, ABÍLIO SERENO, JOÃO FREITAS DA CÂMARA e FERNANDO DA SILVA, entraram na Embaixada da Holanda em Jacarta, pedindo a protecção e intervenção de Portugal. A sua decisão foi tomada tendo em conta o convite acima mencionado, a perseguição de que se sentiam alvo, o conhecimento da sorte que as autoridades indonésias têm reservado a milhares de compatriotas seus e nomeadamente da onda de prisões que recomeçou em Julho deste ano, chegando a atingir timorenses com responsabilidades na actual administração local do território.

No dia 22 do mesmo mês, perante repetidas ameaças de voltarem a ser presos, feitas quer por funcionários da Embaixada holandesa quer por funcionários do governo indonésio chamados por aqueles, os quatro estudantes decidiram abandonar o edifício da Embaixada da Holanda, não desistindo porém do seu pedido.

No dia 22 de Outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros holandês encontrou-se em Jacarta com o seu homólogo indonésio, Mochtar Kusumaatmadja, tendo-lhe este assegurado que as autoridades indonésias se dispunham a conceder os vistos de saída para os quatro estudantes timorenses.

O governo português decidiu, passados alguns dias, conceder aos citados estudantes o passaporte português e responsabilizar-se pelas viagens para Lisboa, pelo que instruiu o governo holandês, representante dos interesses portugueses em Jacarta, neste sentido.

Esta decisão foi publicamente reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em declarações à imprensa portuguesa.

Em meados de Novembro, os quatro estudantes timorenses foram informados pela Embaixada holandesa em Jacarta de que esta tinha já em seu poder os passaportes portugueses.

No final do mês de Novembro a Embaixada da Holanda

em Jacarta pediu às autoridades indonésias os vistos de saída para os quatro timorenses.

No dia 6 de Dezembro, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere recebeu uma NOTA URGENTE da Comissão Justiça e Paz holandesa, dizendo que o governo holandês tinha informado de que as autoridades indonésias levariam meses a conceder os vistos de saída solicitados.

A situação dos quatro estudantes timorenses actualmente é a seguinte: encontram-se em casa de amigos, em Jacarta; foram-lhes cortadas as bolsas de estudo, pelo que a situação financeira começa a não garantir a simples subsistência; continuam a manter um contacto regular com a Embaixada holandesa, mas estão constantemente pressionados por visitas da polícia política, chamadas telefónicas anónimas, ameaças de morte, etc.; o próprio governador de Timor, Mário Carrascalão, os visitou, intimando-os a regressarem a Dili; o seu estado psicológico é de uma grande ansiedade e temor pelo que lhes possa suceder se não forem imediatamente repatriados.

A nível do poder em Jacarta existe uma situação de atrito entre a polícia política, que pretende enviá-los de imediato para Dili, e os burocratas do Ministério dos Negócios Estrangeiros que receiam as repercussões internacionais de tal medida.

Não restam dúvidas de que foi a pronta actuação da comunidade internacional, alertada pela Amnistia Internacional, que lhes poupou a vida. Enquanto centenas de timorenses foram presos durante os últimos meses em Timor-Leste, não se sabendo do seu paradeiro, a prisão destes quatro estudantes em Jacarta deu origem a uma cadeia de protestos, incluindo uma manifestação de funcionários da CEE junto da Embaixada indonésia, em Bruxelas (23 de Setembro/1986), e, por parte das Embaixadas da Austrália e dos Estados Unidos da América, da sua preocupação quanto ao caso.

A actuação do Governo português, ao conceder aos estudantes timorenses o passaporte português, foi muito importante. No entanto, ela por si só não chega para resolver o problema. Torna-se necessário *fazer sentir junto do Governo holandês* toda a inquietação que o arrastamento do caso está a provocar e o perigo a que os quatro timorenses continuam sujeitos. Torna-se necessário *fazer sentir ao Governo indonésio* que se acompanha de perto o caso e que se exige que as suas próprias promessas sejam cumpridas no mais curto espaço de tempo. Todas as iniciativas não serão demais se queremos salvar a vida de quatro cidadãos. □

1986: ano de mudança

O ano de 1986 foi marcado, para a questão de Timor-Leste, por um conjunto de acontecimentos que permitem situá-lo como um ano de mudança.

No quadro regional, a queda do regime de Marcos nas Filipinas veio criar uma nova dinâmica para a abertura de regimes há muito estabelecidos, como é o caso da Coreia do Sul e da Formosa, evidenciando a disponibilidade dos E.U.A. para encetarem para aquela área uma nova política de alianças com novos parceiros sociais dentro de cada país e da qual a Indonésia não ficará de fora. Tanto mais que, pela primeira vez após o golpe de Outubro de 1965, este enfrenta sérias dificuldades económicas, agravadas pela queda dos preços das matérias primas e a recessão do investimento estrangeiro (muito mais seduzido pelas potencialidades oferecidas pelo mercado chinês). As eleições indonésias de Abril próximo constituirão um teste fundamental para a definição da política da administração norte-americana para este país.

Por outro lado, a preocupação de dar a conhecer e de inserir a sua luta no quadro dos movimentos emancipacionistas da região foi um dos principais eixos de trabalho da comunidade timor na Austrália ao longo do ano de 1986: participação no Fórum Sindical do Pacífico Sul, na Nova Zelândia; participação no Seminário dos Estudantes Asiáticos sobre a Juventude e os Direitos Humanos na Ásia, em Katmandu/Nepal e onde foi aprovada uma Resolução de apoio à luta do povo de Timor-Leste; participação na Conferência sobre o povo Tamil (Sri Lanka) em Madras/União Indiana; participação na Conferência sobre a desnuclearização do Pacífico nas Ilhas Fidji; participação na V.ª Assembleia da Conferência das Igrejas do Pacífico na Samoa Ocidental e em que o problema de Timor-Leste figurou na Resolução final aprovada. Acrescenta-se o estreitamento de contactos com a O.P.M., movimento de libertação da Papua Ocidental, território anexado pela Indonésia e onde aquela organização conduz uma luta armada contra o ocupante.

A comunidade timor empenhou-se igualmente em sensibilizar os órgãos de soberania de Estados da área, tendo estado presente no Congresso do Partido Trabalhista Australiano e tendo-se deslocado uma sua delegação à Nova Zelândia onde contactou parlamentares e o M.N.E. daquele país.

Do ponto de vista diplomático a questão de Timor-Leste sofreu uma grave derrota na reunião de Harare do Movi-

mento dos Não-Alinhados, apesar de alguns chefes de Estado se terem referido ao problema nas suas intervenções. Mas a reunião da Comissão de Descolonização em Nova Iorque foi uma vitória já que nunca antes tinham intervido tantos peticionários (21) em favor de Timor-Leste, apesar dos protestos e ameaças da delegação indonésia.

Nas Nações Unidas o problema foi uma vez mais adiado mediante uma curtíssima nota do Secretário-Geral na qual declarava não poder apresentar um relatório à A.G., uma vez que continuavam as negociações entre Portugal e a Indonésia, deixando nas mãos da diplomacia mais aguerida e com mais iniciativa a possibilidade de chamar a si a solução que lhe é mais favorável. E é já uma frase feita afirmar que a política externa portuguesa é inexistente para esta questão e que se caracteriza, logicamente, por uma grande passividade quando não cumplicidade.

Mas aqui também o ano de 1986 trouxe algumas mudanças. O papel que o P.R. tem vindo a desempenhar contrasta fortemente com o de quando era 1.º Ministro em que avaliava a política derrotista de Jaime Gama. Mário Soares não tem desperdiçado oportunidades para se referir ao problema, como foi o caso da sua deslocação ao Parlamento Europeu ou a recepção de Boas Festas ao corpo diplomático acreditado em Lisboa, e pela primeira vez referências à questão figuraram em comunicados finais de deslocações ao estrangeiro (S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Do mesmo modo a Comissão Eventual da A.R. tem desenvolvido larga actividade culminada com a apresentação de um relatório para servir de instrumento de trabalho a todas as delegações da A.R. que se desloquem ao estrangeiro. De um ponto de vista geral, os deputados portugueses têm vindo a mostrar uma disponibilidade maior para a abordagem do problema, como ficou patente na Resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em Julho ou na 76.ª Conferência da União Inter-Parlamentar, realizada em Buenos Aires em Outubro. As moções aprovadas no Congresso do P.S. e na Convenção do P.R.D. prolongam-na de uma forma global e a aprovação por unanimidade no Congresso da Internacional Democrata Cristã, que decorreu em Lisboa em Junho, de uma moção sobre Timor-Leste é bem o exemplo de como esta disponibilidade pode repercutir-se nos foruns internacionais.

A multiplicidade e riqueza das formas de solidariedade foi, aliás, um dos elementos da mudança no ano de 1986,

desde os 125 congressistas estado-unidenses, que se dirigiram a Reagan nas vésperas da sua deslocação à Indonésia apelando a que inquirisse junto de Suharto sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste, até ao encontro anual de ecologistas "Amigos da Terra", realizado em Penang/Malásia e onde foi discutida a política de desflorestação e transmigração seguida pela Indonésia naquele território, tendo sido aprovada uma Resolução sobre o assunto.

Do ponto de vista da situação interna, o ano de 1986 foi marcado pela assinatura, em Março, do acordo U.D.T./Fretlin. Em Julho é publicada, nos principais órgãos de comunicação portugueses, uma longa entrevista concedida por Xanana Gusmão, presidente do C.R.R.N. (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional), àqueles órgãos e onde explicita quer a situação militar quer as perspectivas de

solução do conflito e o papel de Portugal na questão. Nesse mesmo mês o eng. Anacoreta Correia visita Timor-Leste a convite do gen. Benny Murdani, procurando afirmar-se como figura medianeira e pela mesma altura inicia-se uma nova vaga de prisões por todo o território. Em Setembro a vaga atinge os meios estudantis timorenses de Jacarta. As informações recebidas do interior, onde se incluem um mapa apreendido ao exército ocupante, dão conta de que, exceptuando uma faixa do território ao longo da fronteira com Timor ocidental e a área envolvendo Dili, todo o território é alvo da acção sistemática da guerrilha. A confirmá-lo: em Dezembro, em vésperas da ofensiva "Águia", a Resistência antecipa-se apanhando os militares indonésios desprevenidos.

Se 1986 foi um ano de mudanças, 1987 será sem dúvida um ano de grandes desafios. □

Ofensiva contra "Águia"

Notícias chegadas de Timor-Leste nos últimos meses davam conta da preparação de uma grande ofensiva militar por parte das autoridades indonésias contra a Resistência armada, principalmente na Ponta Leste, referindo o desembarque de novos contingentes militares assim como de material de guerra.

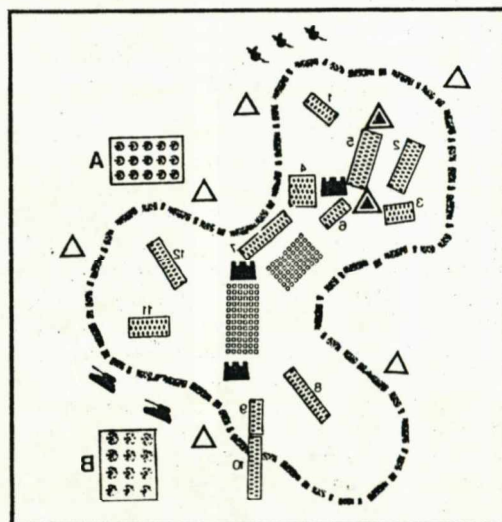
O objectivo desta ofensiva inscrever-se-ia na tentativa de levar a comunidade internacional a medir a adesão da população do território à integração na República da Indonésia pelo seu grau de participação nas próximas eleições de Abril, pelo que o ocupante estaria empenhado em "limpar" o terreno de modo a que aquelas decorressem "em paz e ordem".

Informações chegadas recentemente confirmavam esta ofensiva — a operação "Águia" — assim como a concentração de tropas e material em pontos estratégicos de Timor-Leste.

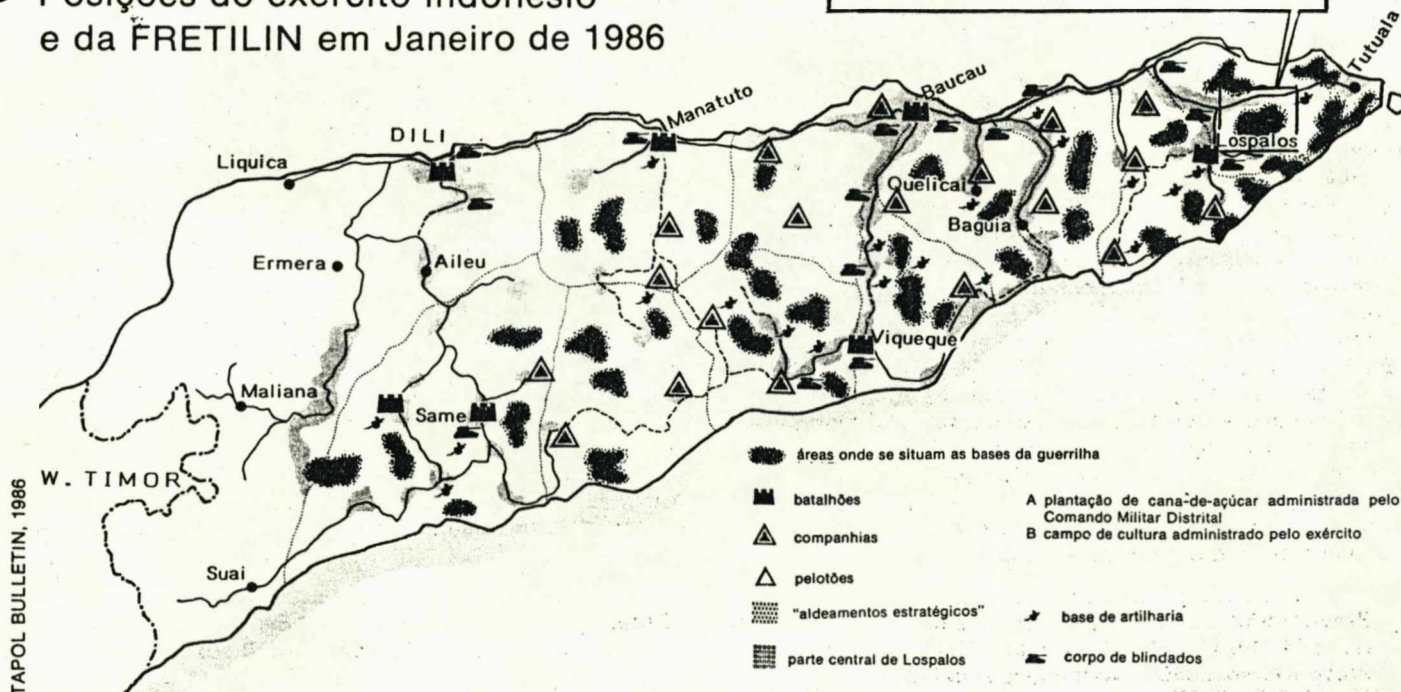
Porém, antecipando-se à ofensiva, as forças de guerrilha lançaram um ataque, nos primeiros dias de Dezembro, às forças militares indonésias concentradas em Lospalos, apanhando o inimigo de surpresa, causando-lhe trinta (30) baixas e apreendendo-lhe grandes quantidades de material de guerra, fardamentos e medicamentos. E aproveitando a confusão que se estabeleceu no campo adverso repetiram a operação no dia 15 de Dezembro, desta vez em Baucau e com resultados idênticos.

Estes dois ataques perturbaram fortemente os meios militares indonésios, tanto em Timor-Leste como em Jacarta, não só pelas perdas humanas e de material sofridas como por mostrarem que a iniciativa pertence à Resistência armada.

Segundo meios oposicionistas indonésios, um outro factor que contribuiu para o mal-estar dos militares foi a verificação de que estes ataques foram conduzidos por novos comandantes da guerrilha, evidenciando a capacidade desta para se renovar. □



Posições do exército indonésio e da FRETILIN em Janeiro de 1986



Manifesto: Homens e mulheres da cultura solidários com Timor-Leste

(...)

Incumbem a Portugal particulares responsabilidades históricas, morais e culturais na defesa dos direitos do povo maubere, consubstanciados no estatuto de "potência administrante" que nos está outorgado pela comunidade internacional e no texto constitucional, que responsabiliza o Estado português pela promoção do exercício do direito à autodeterminação pelo povo de Timor-Leste.

(...)

Os signatários instam o Estado português a que seja actuante e firme na defesa dos interesses do povo maubere: que esteja atento às informações providas de Timor-Leste, que seja activo na denúncia das violações aos Direitos Humanos aí ocorridas, que exerça pressão junto dos países aliados e amigos no sentido de assumirem as atitudes de princípio que dizem professar em abandono das ditadas por outros interesses imediatos, que em todas as circunstâncias e oportunidades informe, divulgue, polemize, na certeza de que só a verdade pode interessar.

A política pode e deve ser um acto de cultura. Que a política externa portuguesa para Timor-Leste o seja.

Assinam: Adriano Jordão, Amélia Vieira, António, António-Ramos-Rosa, António-Vitorino d'Almeida, Artur Boal, Augusto Abelaira, Carlos do Carmo, Carlos Parades, David Mourão-Ferreira, Dimes d'Almeida, Diniz Machado, Dórdio Guimarães, Eduardo Prado-Goelho, Fausto, Fernando-Assis Paehco, Fernando de Azevedo, Fernando Dacosta, Fernando Namora, Fernando-Sylvan, Fonseca e Costa, Helder Costa, Helena Roseta, Hélia Correia, Henrique de Barros, Ise-Lesa, Janita Salomé, Juana Ruas, João Botelho, João Rui de Sousa, Joaquim Pessoa, José Afonso, José de Azevedo Perdigão, José Cardoso Pires, José Manuel Paquete de Oliveira, José Mário Branco, José Nuno da Câmara Pereira, José Saramago, Lidia Jorge, Luís Francisco Rebelo, Luísa Ducla Soares, Manuel Alegre, Manuel Ferreira, Maria do Céu Guerra, Maria-Teresa Horta, Mário Barradas, Mário Beja Santos, Mário Brochado-Goelho, Mário Dionísio, Mário Murteira, Natália Correia, Nuno-Grande, Nuno-Portas, Nuno Teotónio Pereira, Olga Gonçalves, Pedro Gaieteira Cabral, Rui Namorado, Rui Grácio, Sophia de Mello Breyner Andresen, Sottomayer Gardia, Vasco Graça Moura, Virgílio-Ferreira, Vitorino.

Lisboa, Dezembro de 1986

Assim se preparam as eleições indonésias

Imediatamente antes da celebração do 10.º aniversário da "integração" de Timor-Leste na Indonésia e coincidindo com o final da visita do deputado Miguel Anacoreta Correia ao território, as forças ocupantes desencadearam uma vaga de prisões em diversas localidades.

No dia 3 de Agosto, como represália a um ataque da Resistência armada no qual morreu um número importante de militares indonésios, incluindo o comandante da companhia, foi massacrada a aldeia de Fó-Manu (Uatolari, zona leste). Durante todo o mês as prisões continuaram, nomeadamente em Ainaro e Aileu, incluindo ex-presos que tinham sido libertados de Ataúro. Seis timorenses foram presos em Aitsabe quando o exército cercou a igreja local onde os fiéis rezavam o terço. A 22 de Agosto, um outro ex-prisioneiro de Ataúro, António Malae, foi espancado até à morte, em Dili. Vários destes prisioneiros desapareceram, desconhecendo-se até hoje o seu paradeiro. No dia 13 de Setembro diversos veículos militares levaram para a prisão Comarca de Dili mais de duas dezenas de presos. Nalguns casos o pretexto para a prisão ou os maus tratamentos foi o contacto com o Eng.º Anacoreta Correia ou com os membros do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Nos primeiros dias de Setembro a polícia indonésia prendeu, pela primeira vez, estudantes universitários, alunos da Universidade de Jacarta. Para além dos casos mais conhecidos (Antonino Gonçalves, João Freitas da Câmara e Francisco Fernandes de Carvalho), outros estudantes foram presos mais tarde: Domingos Sarmiento, Germano da Silva e Pedro Reis. De notar que depois do protesto internacional que se seguiu à prisão dos primeiros 3 estudantes, feita em Jacarta, a destes 3 últimos já foi feita em Dili, de onde é muito mais difícil comunicar com o exterior.

Esta onda de prisões, torturas e desaparecimentos insere-se numa nova ofensiva militar lançada pelas forças armadas indonésias, particularmente nas zonas leste e centro e na qual estão envolvidos cerca de 30 batalhões. A população encerrada nos "aldeamentos estratégicos" de Baucau, Baguia, Quelicai, Venilale, Viqueque e Lospalos foi uma vez mais obrigada a participar, como "escudo vivo", em operações na zona do Monte Matebian, aparentemente com o objectivo de capturar o Comandante-em-Chefe das FALINTIL, Xanana Gusmão. No dia 15 de Setembro 3 batalhões desembarcados em Dili realizaram uma demonstração de força, percorrendo as ruas da capital antes de se dirigirem para o sul.

A ofensiva militar em curso, depois de tantos esforços de Jacarta para apresentar uma imagem de progresso daquela que consideram a sua "27.ª província" e depois das tentativas de "conquistar as mentes e os corações" dos timorenses, está relacionada com dois factos importantes: a envergadura das acções da guerrilha nos últimos meses (para além do ataque mencionado atrás e das últimas notícias destacadas num outro artigo neste boletim, há ainda a informação de que as FALINTIL ocuparam durante 3 dias, no princípio de Outubro, a vila de Viqueque, destruindo dois veículos militares indonésios e infligindo 11 baixas ao inimigo) e a preocupação em criar uma atmosfera propícia às eleições gerais marcadas para Abril de 1987. Fala-se do convite que as autoridades indonésias gostariam de fazer a delegações estrangeiras, incluindo as Nações Unidas, para uma deslocação a Dili, com o objectivo de poderem avaliar o grau de participação dos timores no acto eleitoral da República da Indonésia, assim medindo a sua adesão à integração. Para isso, é evidente, torna-se indispensável criar o terror, prender, lançar ofensivas contra a Resistência armada... Assim se compreende porque o governo de Jacarta não autorizou a entrada em Timor-Leste de uma delegação parlamentar inglesa e australiana que pretendia inteirar-se da situação dos direitos humanos no território: segundo o governo, o momento não seria o mais favorável, dado que se estavam já a preparar as eleições gerais...

Neste final de ano foram reveladas uma série de novas informações quanto às condições dos prisioneiros políticos. O grupo "A Paz é Possível em Timor-Leste" divulgou uma lista de 149 deportados e respectivas famílias que, deslocados das suas regiões de origem em 1979 e 1982, estão agora com residência fixa em dois campos próximos de Aileu: Aiserimou e Mano Tani. Ao contrário do que acontece com outras 23 famílias (79 pessoas) deportadas em Aileu e que já teriam sido visitadas pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, os grupos concentrados em Aiserimou e Mano Tani continuam incommunicáveis. Em Halicou há um outro campo de prisioneiros onde se encontram 80 das 132 pessoas detidas em 1983/84 em Maliana. 50 pessoas desse grupo teriam sido fuziladas entretanto. No princípio de Outubro o representante da FRETILIN em Darwin (Austrália), Agio Pereira, divulgou também uma lista de 42 nacionalistas presos na Cadeia de Plaza Mingu, Cipinang (Java). □